



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

**INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP**

**Protocolo: 25.683.107-4**

**Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo**

**Senhor Chefe de Departamento,**

Trata o presente de Registro de Preço para contratação direta, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo.

Quanto a sua análise, a PRC/PGE emitiu a **Informação nº 261/2026-PGE/PRC**, mov. 136, podendo prosseguir, desde que atendidas de forma prévia a todas as recomendações e ressalvas lançadas no corpo da referida informação.

Desta feita, solicitamos a remessa do presente à origem para conhecimento da **Informação nº 261/2026-PGE/PRC**, mov. 136, e as providências e/ou justificativas necessárias para a continuidade do pleito.

Foi Providenciado:

**DGC/DOS/SEAP:**

Termo de Referência, mov. 143;

Anexo I – Especificações Técnicas, mov. 144;

Anexo II – Habilitação, mov. 145;

Declaração Conhecimento, mov. 146;

Declaração LGPD, mov. 147;

Declarações, mov. 148;

Anexo III – Consolida Apoio Administrativo (Órgãos Participantes x Locais de Serviço x Quantidades), mov. 149;

Anexo IV – Minuta Ata de Registro de Preços, mov. 150;

Anexo V – Minuta do Contrato, mov. 151

Instrumento de Medição de Resultados – IMR, mov. 152;



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

**INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP**

**Protocolo: 25.683.107-4**

**Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo**

Aprovação do Termo de Referência, mov. 153.

Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.

**DP/DECON/SEAP:**

IRP Avaliadas, mov. 140.

IRP Aprovadas por Ordenador de Despesas, mov. 141

Inclusão GMS, mov. 155;

Relatório Especificações Técnicas GMS, mov. 156;

Relatório Analítico GMS, mov. 157.

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
<b>2.2. Da Dispensa de Licitação via Sistema de Registro de Preços</b>	
<p>Todavia, conforme análise dos autos, a despeito dos documentos de adesão apresentados pelos órgãos participantes, verifica-se a ausência da documentação referente ao procedimento público de intenção de registro de preços ou, alternativamente, a apresentação de justificativa para afastar a realização da referida intenção.</p> <p><b>Sendo assim, recomenda-se que a SEAP providencie a abertura da Intenção de Registro de Preços, com base no inciso I do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no caput do art. 86 da Lei nº 14.133/21, ou justifique a sua ausência, nos termos do § 1º do art. 292 do regulamento estadual.</b></p>	<p><b>DP/DECON</b></p> <p>Intenção de Registro de Preços 405/2026 inseridas no protocolo:</p> <p>Avaliadas, mov. 140;</p> <p>Aprovadas por Ordenador de Despesas, mov. 141.</p>
<p>a) providenciar a abertura da Intenção de Registro de Preços, com base no inciso I do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no caput do art. 86 da Lei nº 14.133/21, ou justificar a sua ausência, nos termos do § 1º do art. 292 do regulamento estadual;</p>	
<b>2.4. Da Fase Interna do Procedimento</b>	
<p><b>Em relação à comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (inciso V do art. 72), a razão da escolha do contratado (inciso VI do art. 72), a consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a</b></p>	<p><b>DL/DECON</b></p>



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

**INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP**

**Protocolo: 25.683.107-4**

**Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo**

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
Administração Pública do Estado do Paraná (inciso III do art. 148) e as declarações exigidas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 ou em regulamentos específicos (inciso IV do art. 148), tem-se que <u>deverão ser providenciados oportunamente considerando que a contratação em análise se dará mediante aviso de dispensa eletrônica.</u>	
De todo modo, <b>necessário verificar, quando da efetiva contratação, a vigência de todos os documentos e certidões e proceder a consulta ao CADIN Estadual, GMS e CEIS</b> , assegurando, dessa forma, que, naquele momento, a Contratada encontra-se apta e desimpedida a contratar com a Administração Pública.	DL/DECON
<b>b) verificar, quando da efetiva contratação, a habilitação da contratada e proceder a consulta ao CADIN Estadual, GMS e CEIS;</b>	
<b>É indispensável, outrossim, apresentar a autorização do ordenador de despesa (inciso II do art. 148), assim como a autorização da autoridade competente (inciso VIII do art. 72), conforme parágrafo único do art. 72.</b>	DL/DECON
<b>2.5. Do Estudo Técnico Preliminar</b>	
Dessa forma, <b>recomenda-se ao órgão gerenciador que verifique se os órgãos participantes forneceram as informações necessárias à participação do SRP ou, alternativamente, que providencie a adesão pelos órgãos participantes ao ETP já elaborado, nos termos do § 2º do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.</b>	<b>DOS/SEAP</b> Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.
<b>c) verificar se os órgãos participantes forneceram as informações necessárias à participação do SRP ou, alternativamente, providenciar a adesão pelos órgãos participantes ao ETP já elaborado, nos termos do § 2º do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;</b>	
<b>2.6. Do Termo de Referência</b>	
No caso, pode-se inferir que a emergência teve início com o encerramento de cada um dos diversos contratos	<b>DOS/SEAP</b>



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

**INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP**

**Protocolo: 25.683.107-4**

**Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo**

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
<p>de prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo pactuados com os órgãos participantes e com o órgão gerenciador, <u>sendo a data final de cada um destes, portanto, o termo inicial a ser considerado para a duração de cada contratação.</u></p> <p>Por essa razão, <u>recomenda-se complementar o item 1.2 e demais pontos do TR que tratam sobre o prazo de vigência contratual para prever que o prazo de vigência do contrato tem início da sua assinatura e se encerrará no prazo de um ano a contar do término do contrato anterior que gerou a situação emergencial</u>, ou até que se conclua o trâmite do regular procedimento licitatório em curso.</p>	Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.
<p>d) com relação ao Termo de Referência, complementar o item 1.2 e demais pontos do TR que tratam sobre o prazo de vigência contratual para prever que o prazo de vigência do contrato tem início da sua assinatura e se encerrará no prazo de um ano <u>a contar do término do contrato anterior que gerou a situação emergencial</u>, ou até que se conclua o trâmite do regular procedimento licitatório em curso;</p>	
<p>Por essa razão, <u>recomenda-se que seja retificado o tópico 1.6.2.8 do TR para possibilitar a participação de empresas em consórcio, com as complementações necessárias no documento, ou apresentada justificativa técnica que demonstre a impossibilidade dessa forma de associação com as características do objeto.</u></p>	<b>DOS/SEAP</b> Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.
<p>e) retificar o tópico 1.6.2.8 do TR para possibilitar a participação de empresas em consórcio ou apresentar justificativa técnica que demonstre a impossibilidade dessa forma de associação com as características do objeto;</p>	
<p><i>In casu</i>, o certame apresenta o valor global de R\$ 52.791.452,16. Desse modo, <u>considerando que cada contrato a ser firmado terá valor superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, recomenda-se a retificação do tópico 7 do TR para suprimir os itens 7.1 a 7.4, mantendo apenas o item 7.5, ante a sua preponderância sobre os demais.</u></p>	<b>DOS/SEAP</b> Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP

Protocolo: 25.683.107-4

Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
<i>f) retificar o tópico 7 do TR para suprimir os itens 7.1 a 7.4, mantendo apenas o item 7.5, ante a sua preponderância sobre os demais;</i>	
Prosseguindo, recomenda-se a retificação do item 8.1 do TR a fim de retirar a menção feita a serviço “ <u>sem</u> fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva”, tendo em vista que o procedimento ora analisado diz respeito apenas aos postos de Assistente Administrativo, exercidos com dedicação exclusiva de mão de obra.	<b>DOS/SEAP</b> Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.
g) retificar o item 8.1 do TR a fim de retirar a menção feita a serviço “ <u>sem</u> fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva”, tendo em vista que o procedimento ora analisado diz respeito apenas aos postos de Assistente Administrativo, exercidos com dedicação exclusiva de mão de obra;	
Todavia, cabe à Pasta retificar o item 10.1.9 do TR a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”.	<b>DOS/SEAP</b> Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.
h) retificar o item 10.1.9 do TR a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”;	
Ainda sobre a Garantia, recomenda-se incluir previsão já adotada em contratações semelhantes (a exemplo do protocolo nº 23.438.333-7), no sentido de autorizar o contratante a recusar seguro-garantia que condicione o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado da ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, nos moldes do modelo de redação abaixo sugerido:  X.X No uso de seu poder discricionário, o contratante recusará seguro-garantia em desacordo com o entendimento aprovado no Parecer 00036/2024/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado Geral da União em 13/08/2024, verbis: “a) não se mostra compatível com a Lei n.º 14.133, de 2021, e a Instrução Normativa SEGES/MPDG N.º 5, de	<b>DOS/SEAP</b> Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

**INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP**

**Protocolo: 25.683.107-4**

**Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo**

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
2017, a cláusula de seguro-garantia que condiciona o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado da ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra; e b) a apólice de seguro-garantia que contenha essa previsão é passível de rejeição, cabendo à Administração a decisão a partir dos critérios de conveniência e oportunidade.	
i) no tópico 11, que trata da Garantia, recomenda-se incluir previsão já adotada em contratações semelhantes (a exemplo do protocolo nº 23.438.333-7), no sentido de autorizar o contratante a recusar seguro-garantia que condicione o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado da ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra;	
Continuando, recomenda-se a retificação do item 12.2 do TR a fim de excluir a menção feita ao “item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão”, visto que inaplicável ao presente caso de contratação direta por dispensa de licitação.	<b>DOS/SEAP</b> Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.
j) retificar o item 12.2 do TR a fim de retirar a menção feita ao “item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão”, visto que inaplicável ao presente caso de contratação direta por dispensa de licitação;	<b>APÓS DL/DECON</b>
Nesse sentido, recomenda-se que a Pasta avalie a possibilidade de incluir a previsão de que <u>os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador</u> , nos termos do art. 121, § 3º inciso V, da Lei nº 14.133/21.	<b>DOS/SEAP</b> Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.
k) no item 12 do TR, avaliar a possibilidade de incluir a previsão de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados	





Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

**INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP**

**Protocolo: 25.683.107-4**

**Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo**

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 121, § 3º inciso V, da Lei nº 14.133/21;	
<p>Com relação à repactuação, presente no item 13 do TR, o item 13.9.1 dispõe que <i>“A repactuação de preços deverá ser pleiteada pela contratada até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer preclusão lógica de exercer o seu direito”</i>, consequência que se repete também nos itens 13.16 e 13.17.</p> <p>Todavia, considerando que o inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/21 expressamente prevê que são <u>“vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso”</u>, a pena de preclusão lógica nos casos de prorrogação contratual não se aplica ao presente caso.</p> <p><b>Assim, recomenda-se à SEAP excluir os itens 13.9.1, 13.16 e 13.17 do TR, visto que incompatíveis com o caso sob análise.</b></p>	<p><b>DOS/SEAP</b></p> <p>Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.</p>
<p><b>l) excluir os itens 13.9.1, 13.16 e 13.17 do TR, visto que incompatíveis com o caso sob análise;</b></p>	
<p><b>Por fim, ressalta-se que, caso sejam feitas modificações ao Termo de Referência, o novo documento deverá ser aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 19, § 3º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.</b></p>	<p><b>DOS/SEAP</b></p> <p>Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.</p>
<p><b>m) no caso de apresentação de novo Termo de Referência, diante das recomendações desta Informação, deverá o documento ser aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 19, § 3º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;</b></p>	
<b>2.7. Do Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexos</b>	
<p>Ocorre que o item 7.5 do TR já dispõe que não se aplica o tratamento diferenciado para contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno, com base no art. 4º, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Desse modo, <b>considerando o afastamento do tratamento privilegiado destinado às MEs e EPPs, recomenda-se a exclusão do item 3.8.2 da Minuta do Aviso de</b></p>	<p><b>DL/DECON</b></p>



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

**INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP**

**Protocolo: 25.683.107-4**

**Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo**

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
Dispensa Eletrônica.	
n) com relação à Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, considerando o afastamento do tratamento privilegiado destinado às MEs e EPPs, recomenda-se a exclusão do item 3.8.2 da Minuta;	
No item 4.2.1, que trata dos lances, recomenda-se substituir a expressão “valor unitário por <u>linha</u> ” por “valor unitário por <u>item</u> ”, amoldando-se ao TR apresentado.	DL/DECON
o) no item 4.2.1, que trata dos lances, substituir a expressão “valor unitário por <u>linha</u> ” por “valor unitário por <u>item</u> ”, amoldando-se ao TR apresentado;	
Embora já conste no item 7.7.2 que a atualização dos preços registrados será feita a partir dos critérios estabelecidos no item 13 - Repactuação, do Termo de Referência, <b>nossa recomendação é para que o tópico seja complementado a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado (data da proposta) e o período a ser considerado entre cada atualização (período mínimo de 12 meses).</b>	DL/DECON
p) complementar o tópico 7 a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização;	
A atualização dos preços registrados decorre da garantia constitucional que assegura a manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira da proposta, <u>o que torna desaconselhável</u> a previsão de preclusão especificamente para o pedido de atualização da Ata de Registro de Preços neste caso específico de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra.  A eventual desatualização do preço registrado (ante a perda do prazo pelo interessado, por exemplo) não	DL/DECON





Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

**INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP**

**Protocolo: 25.683.107-4**

**Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo**

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
constitui óbice para o pedido de repactuação do contrato que vier a ser firmado, de modo que a preclusão prevista no item 7.7.2.4 se revela infrutífera para o fim a que se destina, ou poderá ocasionar problemas na gestão dos contratos oriundos da ata de registro de preços. <b>Por tal razão, recomenda-se que seja reavaliada a preclusão do pedido de atualização dos preços registrados prevista no item 7.7.2.4 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e, por consequência, nos Anexos que acompanham o documento.</b>	DL/DECON
<b>q) reavaliar a preclusão do pedido de atualização dos preços registrados prevista no item 7.7.2.4 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e demais anexos;</b>	
A respeito do Anexo III, que trata da Minuta da Ata de Registro de Preços, especificamente em sua Cláusula Quinta, reiteramos a recomendação já lançada a respeito da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, <b>a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização.</b>	
<b>r) a respeito do Anexo III, que trata da Minuta da Ata de Registro de Preços, especificamente em sua Cláusula Quinta, reiteramos a recomendação já lançada a respeito da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização;</b>	DOS/EAP Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.  APÓS DL/DECON
Quanto ao Anexo IV, que trata da Minuta do Contrato, <b>registra-se que eventuais alterações promovidas no Termo de Referência deverão ser aqui reproduzidas, no que for pertinente, <u>especialmente quanto ao prazo de vigência do Contrato, que não será de 12 meses em todos os casos, e a complementação da Cláusula a respeito da Garantia, conforme detalhado no tópico anterior desta Informação.</u></b>	
<b>s) quanto ao Anexo IV, que trata da Minuta do Contrato, recomenda-se, de forma geral, sua</b>	



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

**INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP**

**Protocolo: 25.683.107-4**

**Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo**

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
adequação segundo as ponderações já realizadas em relação ao Termo de Referência, no que for comum a ambos, <u>especialmente quanto ao prazo de vigência do Contrato, que não será de 12 meses em todos os casos, e a complementação da Cláusula a respeito da Garantia, conforme alínea “i” desta Conclusão;</u>	
A respeito da cláusula 6, que dispõe sobre a execução e controle dos serviços, cabe à SEAP incluir nos itens 6.1 e 6.2 os prazos de recebimento provisório e definitivo já previstos no item 16 do TR.	<b>DOS/SEAP</b> Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.
t) a respeito da cláusula 6, incluir nos itens 6.1 e 6.2 os prazos de recebimento provisório e definitivo já previstos no item 16 do TR;	<b>APÓS DL/DECON</b>
Ainda, na cláusula 10, cabe a mesma recomendação lançada acerca do TR, no sentido de que o item 10.1.9 deverá ser retificado a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”.	<b>DOS/SEAP</b> Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.
u) na cláusula 10, cabe a mesma recomendação lançada acerca do TR, no sentido de que o item 10.1.9 deverá ser retificado a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”;	<b>APÓS DL/DECON</b>
Por fim, consta no Anexo V a Planilha de Custos e Formação de Preços. <u>Todavia, ao que tudo indica, este anexo foi equivocadamente preenchido com o Mapa de Formação de Preços, quando, salvo engano, deveria apresentar a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR.</u>  <b>Assim, recomenda-se a correção do Anexo V a fim de suprimir a Planilha de Custos e Formação de Preços e apresentar, em substituição, a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR.</b>	<b>DL/DECON</b>
v) quanto ao Anexo V, suprimir a Planilha de Custos e Formação de Preços e apresentar, em substituição, a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR;	
<b>3. CONCLUSÃO</b>	



Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP  
Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Planejamento – DP

**INFORMAÇÃO nº 224/2026 - DP/DECON/SEAP**

**Protocolo: 25.683.107-4**

**Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo**

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
Diante de todo o exposto, tem-se que a situação do Protocolado, em tese, dá amparo à contratação direta por dispensa de licitação (art. 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021), via Sistema de Registro de Preços, todavia, é necessário que se atenda, previamente, a todas as ressalvas explicitadas em <b>negrito</b> ao longo desta Informação (observados os §§ 4º e 5º do art. 328 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)	
w) providenciar a autorização do ordenador de despesa (inciso II do art. 148 do Decreto Estadual de Licitações) e a da autoridade competente (inciso VIII do artigo 72 da NLLC).	DOS/SEAP

Constatam-se verificadas as respostas aos apontamentos realizados na Informação nº 261/2026-PGE/PRC, mov. 136, consignando-se a responsabilidade pelas justificativas técnicas e fáticas ao setor demandante, conforme detalhado na Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.

Diante do exposto, encaminhamos o procedimento à Divisão de Licitação do DECON para as demais providências.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

**Marcia Cucatto**

Chefe de Divisão - DP/DECON/SEAP

(Assinado eletronicamente)

**Vitor Elias**

Agente Profissional – Administrador  
DP/DECON/SEAP

- 1) Dê acordo; e
- 2) Encaminha-se a **DOS/SEAP**

(Assinado eletronicamente)

**Wellington Dias de Paula**

Chefe de Departamento – DECON/SEAP

Documento: **0224202625.683.1074EnivoDLAPOSPEContratacaoEmergencialApoioAdministrativo.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Vitor Elias da Silva Neto (XXX.283.569-XX)** em 27/05/2026 16:55 Local: SEAP/DECON/DP, **Marcia Wagner Assumpcao Cucatto (XXX.187.299-XX)** em 27/05/2026 17:09 Local: SEAP/DECON/DP, **Wellington Dias de Paula (XXX.462.899-XX)** em 27/05/2026 17:17 Local: SEAP/DECON/DIRETORIA.

Inserido ao protocolo **25.683.107-4** por: **Vitor Elias da Silva Neto** em: 27/05/2026 16:54.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código: